

Especial Rumos da economia

Inclusão Além de políticas de transferência de renda, busca da equidade requer engajamento de diversos agentes

Olhar sobre a pobreza deve ser ampliado

Anaís Fernandes
De São Paulo

O Brasil não precisa "inventar a roda" por completo para lidar com o cenário de pobreza e desigualdade agravado pela pandemia. Políticas de transferência de renda têm papel importante e devem ser aprimoradas. Mas a busca por equidade a longo prazo vai exigir de governos e da sociedade um olhar também mais abrangente, com expansão de conceitos de pobreza, "óculos corretos" para enxergar a realidade, engajamento de agentes diversos, inclusive as empresas, e consciência ambiental.

O pagamento do auxílio emergencial em 2020 interrompeu de forma abrupta a tendência de aumento da pobreza observada desde 2015. Entre junho e agosto do ano passado, a população brasileira vivendo com menos de R\$ 246 por mês não passava de 5%, segundo dados do FGV Social. A partir de setembro, com o auxílio cortado pela metade, o número voltou a crescer e, no primeiro trimestre de 2021, no vácuo do benefício, atingiu 16,09%. Com a volta do pagamento, mais enxuto, a expectativa é que a taxa de pobreza recue um pouco, a 12,98%, entre abril e julho. "Ainda é acima dos níveis da crise anterior e o segundo pior ponto da série", diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O pós-pandemia preocupa bastante, diz ele, porque o Brasil enfrenta uma crise fiscal que emperra mudanças permanentes. Outro receio está na educação, cujo aumento de nível e redução das desigualdades têm sido os fatores mais consistentes para a diminuição da pobreza, segundo Neri. "A pandemia interrompeu isso e inverteu a tendência. Se nada for feito, vai deixar uma cicatriz à frente na desigualdade."

Desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, passando pelas gestões do PT com Lula e Dilma, já no início do século 21, e até a recessão de 2014-2016, o Brasil atravessou mais de 20 anos de certa tranquilidade na construção incremental de políticas públicas para a inclusão social, destaca Marta Arretche, professora do departamento de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

A questão do financiamento, nota ela, sempre foi um problema. "Foi possível conviver com isso, sobretudo no governo Lula, porque a economia crescia", afirma. Com a recessão a partir de 2014, o cenário muda: o desemprego cresce, o salário médio cai, políticas sociais sofrem — o Bolsa Família, por exemplo, fica sem reajustes — e a pobreza e a desigualdade avançam, aponta. Esse passeio pela história é



Neri, do FGV Social: "Temos de usar as boas experiências, não inventar a roda"

importante porque a experiência passada ensina sobre o futuro, diz Marta. "A desigualdade caiu a níveis mais baixos quando houve crescimento da ocupação no mercado de trabalho, com crescimento econômico e políticas massivas de combate à pobreza."

Mas o sistema de políticas públicas deve sair "tão desarticulado" do governo de Jair Bolsonaro que uma primeira tarefa importante será a sua reconstrução, afirma a professora, citando como exemplo o Cadastro Único e o Censo Demográfico. Não se trata de ter um novo SUS ou sistema educacional, mas de reformular e atualizar os existentes. "Não vamos inventar a roda. Algumas políticas cruciais têm de ser reestruturadas. No caso do emprego, aí acho que vamos precisar pensar em algo mais agressivo."

Além de reinstalar políticas desmanteladas, Celia Lessa Kershtetzky, professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede), defende a "reidratação" de gastos em programas de transferência de renda, "especialmente um programa de renda mínima garantida mais robusto que o Bolsa Família", diz ela, ainda que para isso seja preciso repensar regras fiscais como o teto de gastos. "Será também necessário ampliar o escopo da tributação para incidir mais sobre os mais ricos, com impostos progressivos sobre a renda, a riqueza e a herança", afirma.

Para Neri, da FGV, não é momento de o Brasil criar novos gastos permanentes, como uma renda

básica universal. O país demonstra, na sua trajetória, dificuldade de equacionar sustentabilidade econômica e equidade, mas o futuro pede exatamente um "caminho do meio", diz ele. O Brasil já tem mecanismos e tecnologia de combate à pobreza, como o Bolsa Família e o Crediamigo (programa de microcrédito do Banco do Nordeste), destaca Neri. "Temos de usar as boas experiências, não inventar a roda, mas procurar aprimorá-la."

Antes da crise da covid-19, o FGV Social projetava que, se o Brasil crescesse 2,5% ao ano com a desigualdade "parada", retornaria, em 2030, aos níveis de pobreza de 2014. "Com a pandemia e tudo o que houve, vamos precisar reformar o Brasil de maneira completa", diz Neri.

"Colocar os óculos corretos" para enxergar a realidade — e a desigualdade — é fundamental. Foi com esse intuito que o FGV Social mapeou onde estão os ricos no Brasil, a partir de dados do Imposto de Renda (veja ao lado). Incorporando as informações do IR à análise, os pesquisadores perceberam que o Brasil não só é um país desigual, como mais rico do que se pensava. É "instrumental", segundo Neri, saber quem são os ricos e onde eles estão para o planejamento, por exemplo, de mudanças tributárias. "Muitos ricos são profissionais do setor público, então, uma reforma administrativa é importante também do ponto de vista da equidade", acrescenta.

Uma compreensão mais realista da desigualdade também envolveria extrapolar conceitos de renda. "A hipótese por trás da linha de pobreza é que todo

Faces da desigualdade

Auxílio emergencial ajudou a reduzir pobreza na pandemia, mas dilemas do Brasil são mais profundos

Nova Lima (MG)

é a cidade mais rica do Brasil, seguida por Santana do Parnaíba (SP) e Aporé (GO)

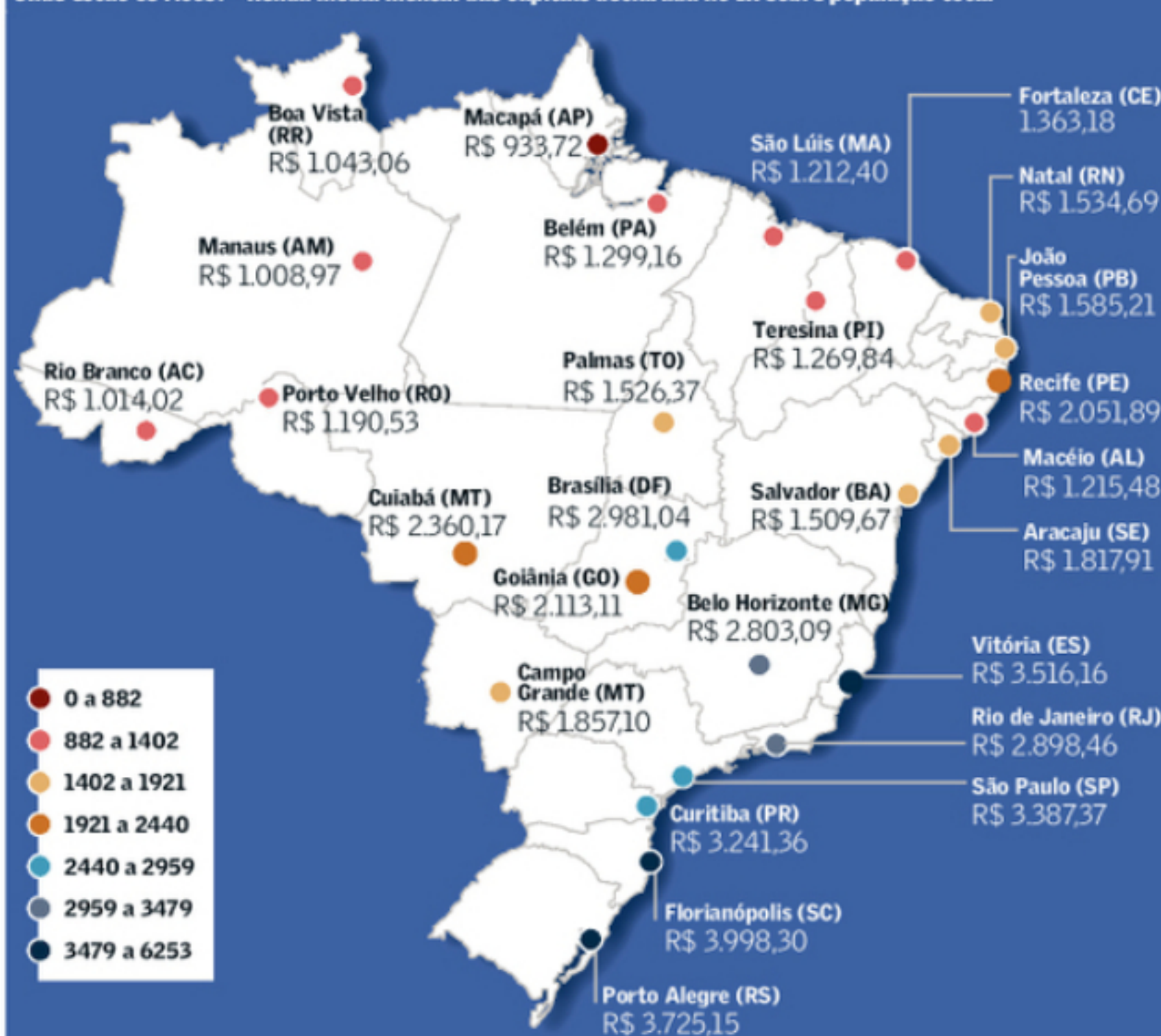
Lago Sul,

região administrativa do Distrito Federal, se fosse um município, seria o terceiro mais rico do país

Evolução da miséria - % da população em situação de pobreza*



Onde estão os ricos? - Renda média mensal das capitais declarada no IR sobre população total



Fonte: FGV Social/IPS, através do processamento dos microdados da PNAD Contínua e PNAD Covid, do IBGE 2018 e do TCU/IBGE 2019. *A linha de pobreza é a do FGV Social, cujo valor em 2021 corresponde a R\$ XXX ao mês por pessoa

mundo tem tempo mínimo para manter um padrão de vida razoável, dormir, cozinhar, e isso não é, necessariamente, verdade. Além da dimensão da renda, a pobreza tem uma dimensão do tempo", explica Luiza Nassif Pires, professora do Levy Economics Institute do Bard College e pesquisadora associada do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da FEA-USP.

A "pobreza de tempo" traz impactos a longo prazo para um país, já que afeta, por exemplo, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a produtividade dos indivíduos — e, sobretudo, das mulheres, que são mais "pobres de tempo" do que os homens, conforme aponta a experiência internacional. O Brasil,

infelizmente, não faz coleta de dados que permitam a construção de uma linha de pobreza combinando renda e tempo. "Ter a pesquisa do uso de tempo nos conformes mundiais é necessário para responder as perguntas de forma precisa", reforça Luiza.

Na tarefa de combate à desigualdade, além dos governos, as empresas também têm um papel importante. "Estudos mostravam que a educação do funcionário explicava 35% da desigualdade e era, disparado, o principal elemento. Mas a verdade é que não sabíamos de onde vinha boa parte da desigualdade. O que nossos estudos mostram é que, embora os dois fatores obviamente sejam fundamentais, as firmas têm um poder de explicar não só o nível

da desigualdade, mas as mudanças ocorridas pelo menos duas vezes maior que a educação", diz Neri, da FGV. Isso significa que existem políticas no nível das empresas que são igualmente importantes, como de gênero e de diversidade étnica e racial.

Qualquer que seja a proposta para redução da pobreza e da desigualdade em um Brasil pós-pandêmico, ela precisará ser incluída em um projeto de desenvolvimento ancorado em uma concepção "eco-social", isto é, de investimento social ambientalmente amigável, reforça Celia, da UFRJ. "É possível que o 'plano Biden' provoque mudança de crenças e atitudes também entre nós", diz ela. "Contudo, mudanças dependem também do envolvimento das elites", observa.